

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

**OBJETO:** *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de 60 (sessenta) veículos automotores (sendo 40 - tipo: pick-up, 15 - tipo: sedan, 05 - tipo: van) sem fornecimento de combustível, com motorista.*

Em observância ao princípio da celeridade e eficiência, visando esclarecer pontos do Edital para garantir a ampla competitividade e possibilidade de maior participação de licitantes em busca do melhor preço para contratação, vem a licitante apresentar os pedidos de esclarecimentos descritos a seguir:

### 1. DATA DA SESSÃO

Consta no edital que a sessão ocorrerá em de 25/10/2024, o que notadamente se trata de um aparente erro material.

Assim, para que não ocorram dúvidas futuras quanto a data da sessão, solicitamos seja esclarecido qual será a data do pregão.

### 2. HORAS EXTRAS

No item 2.2.2 Especificações Técnicas dos Motoristas do Termo de referência, dentre outras previsões consta que:

*Os colaboradores deverão respeitar a jornada de trabalho de 5x2, sendo de segunda-feira à sexta-feira, podendo ter alternância de horário dependendo da diretoria que o mesmo estiver alocado, completando as 44 (quarenta e quatro) horas semanais.*

*Fica instituído para as empresas e trabalhadores, o regime de compensação de horas de trabalho, **denominado Banco de Horas**, na forma do que dispõem os parágrafos 2º e 3º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho. Havendo necessidade de despesas com viagens, hospedagens e deslocamentos que não estejam englobados nos serviços, estes deverão ser devidamente autorizados pela Fiscalização, onde ficará na responsabilidade da CONTRATADA, o devido pagamento das despesas ao motorista contratado por intermédio de débito em conta do mesmo em até 24 horas antes da viagem a ser realizada, no qual o(s) respetivo(s) valor(es) será(ão) apurado(s) junto a Comissão de Fiscalização para a realização do reembolso pela Contratante mensalmente em cada medição à ser apresentada.*

Com efeito, importante registrar que nos termos da legislação trabalhista as empresas poderão optar pela implementação de banco de horas que deverá ser fixado por meio de acordo ou convenções coletivas, de modo que, trata-se de uma faculdade ao empregador e não uma obrigação.

Ademais, a previsão do edital restringe o maior número de participantes, uma vez que, só poderão participar do certame as empresas que já possuem o banco de horas, afastando assim, àquelas que poderão se interessar em implementar o banco de horas ou aquelas que optarem manter o método de remuneração das horas extraordinárias já existente em sua organização.

Outrossim, consta ainda no edital como uma obrigação da Contratada

### 3.9.2 Obrigações da Contratada

(...)

*No caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, providenciar a cobertura do empregado de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços, além de assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas extras, abono, dissídio coletivo, outros adicionais, encargos sociais, referentes a seus motoristas.*

Com efeito, superado a questão da obrigatoriedade de implantação do banco de horas, em caso de necessidade de realização de jornada extra pelos motoristas, impõe-se registrar que a contratada deverá atender as necessidades operacionais da Contratante e de acordo com sua solicitação, destarte, se for realizado trabalho em jornada extraordinária, **a Contratada deverá atender as previsões legais e convencionais cabíveis para correta remuneração.**

Neste contexto, os motoristas serão disponibilizados para atendimento das necessidades da Contratante e de acordo com sua solicitação de jornada, e, portanto, cada respectiva solicitação de serviço em hora extra deverá ser ressarcida à Contratada, observado o adicional de hora extra aplicável ao caso.

Neste contexto, caso haja necessidade de labor extraordinário pelos motoristas, a contratada deverá cumprir a legislação aplicável e remunerá-los com o acréscimo devido pelas horas trabalhadas, e, em contrapartida, a contratante deverá efetivar o devido pagamento para evitar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Não há dúvidas que todas as condições relacionadas à contratação devem ser previamente estabelecidas para que as licitantes elaborem as propostas corretamente e em condições de igualdade, nesse sentido, questiona-se:

a. Está correto nosso entendimento de que as licitantes interessadas em participar do certame não estão obrigadas a implantar banco de horas, sendo aceito outra forma legal de remunerar seus empregados em caso de labor extra?

b. Caso negativo, está correto nosso entendimento de que licitante, após vencido o certame e assinado o contrato, deterá de prazo razoável para registro e implantação de banco de horas?

c. Outrossim, se permitido a não obrigação de implantação de banco de horas, entendemos que se os condutores trabalharem em labor extraordinário, por solicitação da contratante, serão remunerados de acordo com legislação (inclusive as normas previstas em acordo e/ou convenções coletivas), e a contratada deverá ser ressarcida integralmente pelo adicional legal pela hora trabalhada. Está correto nosso entendimento?

## 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Às fls. 11 do termo de referência, consta que:

#### **4- REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO**

##### **4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(...)

*Para os veículos com motorista o profissional contratado deverá estar devidamente habilitado e qualificado, estar uniformizado, ser comprometido com a execução das atividades e ser registrado na empresa vencedora, de acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho e a respectiva Convenção Coletiva. A comprovação do vínculo profissional mencionado deverá ser feita por meio de apresentação de cópia de carteira de trabalho profissional ou contrato de trabalho profissional com a empresa licitante.*

Com efeito, apenas por cautela, considerando que se tratam de documentos dos futuros motoristas, de modo que, a apresentação dos respectivos documentos como condição para participação do certame torna a obrigação restritiva, uma vez que, só poderão participar as licitantes que já possuem a mão de obra, com o intuito de esclarecer e ampliar a regra, favor informar:

- a. Está correto nosso entendimento de que a cópia de carteira de trabalho profissional ou contrato de trabalho profissional, deverão ser apresentados pela contratada no ato da mobilização dos veículos?
- b. Caso negativo, poderão ser apresentados em até 2 dias antes da mobilização dos veículos?

#### **4. CUMPRIMENTO DA LEI 7.382/2016**

O edital prevê que:

##### **3. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

(...)

*3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:*

(...)

*3.3.6. Caso o objeto seja uma prestação de serviços, que cumpre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei estadual nº 7.382, de 14 de junho de 2016.*

Destarte, solicitamos seja esclarecido:

- a. Entendemos que para apuração do percentual exigido na legislação deve ser considerada a quantidade de empregados da contratada que tenham dedicação exclusiva ao contrato que será firmado entre as partes. Está correto?

#### **5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Av. Saraiva, 400 - sala 04, Vila Cintra - Mogi das Cruzes - SP - CEP 08745-900 - Tel. 2377-8068 - [licitacaocs@csbrasilservicos.com.br](mailto:licitacaocs@csbrasilservicos.com.br)

O edital prevê que o critério de julgamento será pelo Menor Preço por Lote Unitário.

Com efeito, para que não haja dúvidas sobre a opção de “menor preço global” que será adotada durante a etapa de lances apresentamos os exemplos descritos abaixo para aclarar o entendimento a assegurar a isonomia da disputa para todas as licitantes.

Na hipótese de locação de 60 veículos, a um preço mensal de R\$ 1.000,00, com vigência contratual de 12 meses, para etapa de lances e de julgamento, devemos seguir qual das opções de preços exemplificados abaixo?

1. Menor preço unitário mensal do item: R\$ 1.000,00
2. Menor preço unitário anual do item: R\$ 1.000,00 x 12 meses = R\$ 12.000,00
3. Menor preço total mensal do item: R\$ 1.000,00 x 60 veículos = R\$ 60.000,00
4. Menor preço global do item: R\$ 1.000,00 x 12 meses x 60 veículos = R\$ 720.000,00
5. Caso não seja nenhuma das possibilidades acima, favor exemplificar a forma de cálculo?

## 6. VALOR ESTIMADO

Quanto ao tema, o edital prevê que:

*VALOR DA CONTRATAÇÃO*

*R\$ 13.692.908,85 (treze milhões, seiscentos e noventa e dois mil novecentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)*

*(...)*

*4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021);*

*(...)*

*5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.*

Nesse contexto, entendemos que **na proposta inicial poderão ser ofertados valores acima do limite estimado para contratação**, e somente na **proposta final ajustada** deverá ser observado o valor limite estimado para contratação.

Está correto nosso entendimento?

## 7. PARENTESCO

Sobre o tema, consta no edital:

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.5. *aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;*

(...)

9.1.6 *Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.*

Destarte, não é razoável que tal regra seja aplicada de forma ampla com reflexos em todo e qualquer colaborador da empresa da contratada, notadamente, para empresas com número significativo de empregados.

Com efeito, visando garantir a ampliação da disputa com maior número de licitantes e assim obter o melhor preço ao CRF/SP, questiona-se:

- a. É correto entender que referida regra aplica-se tão somente aos empregados da contratada diretamente responsáveis pela gestão do contrato?

## 8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Consta no edital a seguinte previsão:

16.1. *Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

Com efeito, a minuta do Contrato é instrumento indispensável para fixar o prazo de vigência e os demais regramentos que deverão ser observados pelas partes, evitando eventual ilegalidade.

Tanto é verdade, que foi disponibilizada minuta contratual como anexo ao edital e consta previsão quanto à sua assinatura.

Desta forma, questiona-se:

- a. Entendemos que a contratação será formalizada somente por contrato, seguindo a minuta padrão do edital. Está correto nosso entendimento?

## 9. SUBCONTRATAÇÃO

O edital veda a subcontratação:

### *11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Contudo, é certo que inúmeros serviços acessórios relacionados ao objeto principal são usualmente subcontratados, sem qualquer prejuízo à execução do contrato, tais como, serviços de manutenção preventiva/corretiva dos veículos, limpeza, entre outros.

Desta forma, entendemos que está vedada apenas a subcontratação do objeto principal licitado referente à locação dos veículos e fornecimento de motoristas. Está correto nosso entendimento?

## **10. BOLETO**

O edital prevê que o pagamento será realizado por nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

Todavia, para que a contratada possa otimizar o controle dos pagamentos relacionados à contratação é importante que, também, sejam emitidos **boletos bancários** para envio à Contratante, sendo certo que, por meio deste processo é possível relacionar o documento diretamente aos veículos locados e contrato, tornando mais célere e assertiva a identificação dos pagamentos pela contratada.

Ademais, tal procedimento representa melhoria dos procedimentos adotados pela contratada e não causa qualquer impacto ou prejuízo para a contratante.

Diante do exposto, questiona-se:

- a. Em complemento às faturas, a contratada poderá emitir **boleto bancário** para efetivação dos pagamentos pela contratante?

## **11. SIGILO**

Consta no edital:

### ***9. CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO***

*Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.*

Com efeito, por cautela e excesso de zelo cabe destacar que todos os atos públicos exigem transparência e publicidade, por conseguinte, esta empresa tem por compromisso primar pela observância aos princípios legais e à legislação atinente à matéria e mantém ativo um “Portal da Transparência” no qual são inseridas as informações relacionadas às contratações públicas decorrentes das licitações públicas que sagra-se vencedora.

Ademais, o Portal da Transparência desta empresa tem o objetivo de fornecer informações sobre os contratos que a empresa mantém com órgãos da Administração Pública, além de informar sobre Governança, Programa de Conformidade da companhia e afins, links úteis e legislações aplicáveis.

Assim, entendemos que a cláusula de confidencialidade transcrita acima deve ser adotada, no que couber, a fim de não conflitar com as medidas necessárias para garantir os princípios da publicidade, transparência e legalidade que devem nortear as contratações com empresas públicas e de economia mista.

Está correto nosso entendimento?



## 12. VALIDADE DA PROPOSTA

O edital dispõe da seguinte previsão:

*4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.*

Com efeito, consta que a validade da proposta não será inferior a 60 dias corridos, a contar da sua apresentação, podendo ser prorrogada por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso pela Administração.

Destarte, importante registrar que a licitante interessada em participar do certame precificará suas propostas considerando o prazo previsto no edital.

Nesse sentido, com o intuito de aclarar a regra acima, solicitamos seja esclarecido:

É correto entender que caso seja necessário prorrogação da proposta a empresa vencedora será consultada antes, sem, contudo, ocorrer prorrogação automática?

## 13. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

Consta no edital as seguintes previsões:

*9.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:*

*(...)*

*9.1.5.4 deixar de apresentar amostra;*

*9.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;*

Contudo, não há no edital demais previsões que justifiquem a necessidade de apresentação de amostra, de modo que, entendemos que a previsão indicada não possui efeito para o presente pregão.

Por oportuno, cabe-nos dizer ainda que em razão do objeto licitado - locação de veículos, entendemos que as especificações exigidas poderão ser plenamente comprovadas mediante a apresentação de catálogos, memorial descritivo, folder, prospectos e manual técnico, não sendo necessária a apresentação de amostra.

Nesse sentido, com o intuito de aclarar a questão, questionamos:

a. Está correto nosso entendimento de que considerando que no edital não consta obrigação de amostra, a regra deve ser desconsiderada?

b. Caso negativo, entendemos que, em razão do objeto licitado, as especificações exigidas poderão ser plenamente comprovadas mediante a apresentação de catálogos, memorial descritivo, folder, prospectos e manual técnico, não sendo necessária a apresentação de amostra. **Está correto o entendimento?**

## 14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Sobre a vigência contratual o edital prevê que:

*13.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze meses), contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.*

*(...)*

*O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e após sua publicação em Diário Oficial, podendo este prazo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante Termos Aditivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº14.133/2021, após a verificação de sua real necessidade e com vantagens para o INEA na sua continuidade.*

*(...)*

*O prazo para entrega dos veículos será em até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);*

*(...)*

*2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.*

O Edital estabelece termos iniciais diferentes para contagem do prazo de vigência, quais sejam: (i) da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (ii) contados a partir da assinatura do contrato e após sua publicação em Diário Oficial.

Com efeito, deve ser fixado termo inicial único para contagem do prazo de vigência a fim de evitar confusão no momento de execução do contrato.

Ademais, torna-se mais razoável e adequado ao presente edital que o termo inicial de vigência seja vinculado à entrega dos primeiros veículos, isso porque, as licitantes apresentarão suas propostas considerando o período de 12 meses de locação e, por outro lado, a Administração, também, pretende locar os veículos pelo período integral de 12 meses.

Neste contexto, para garantir o período integral de 12 meses de locação é imprescindível que tanto “vigência contratual” quanto a respectiva “execução do contrato” se iniciem no mesmo marco temporal, qual seja, “a data de entrega dos primeiros veículos”.



Diante de tais circunstâncias, visando sanar a divergência e omissão apontada, questionamos:

- a. O início da contagem da **VIGÊNCIA** contratual pode ser alterado para constar que será a partir da “data de entrega dos primeiros veículos”?
- b. Caso negativo, qual será o marco inicial para contagem do prazo de vigência?
- c. Caso seja da assinatura do contrato, está correto nosso entendimento de que a vigência iniciará a partir da última assinatura das partes no contrato?

## 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Consta na minuta do contrato, a seguinte previsão:

*9.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de .....% do valor do Contrato.*

Com efeito, cabe nos dizer que todas as regras devem ser de prévio conhecimento das licitantes interessadas, de modo que, não fique à critério da administração fixar regras futuras.

Nesse sentido, considerando a lacuna contida no item 9.1 do edital (“9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES”), solicitamos seja esclarecido que o percentual a ser aplicado na hipótese indicada.

## 16. DOS CUSTOS

Consta no edital a seguinte previsão:

*2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.*

Com efeito, a regra não é clara o que poderão ensejar dúvida quando da execução contratual.

Fato é que a previsão acima não deverá ser aplicada ao presente contrato, pois, se trata de locação de veículos e não aquisição do bem, o que justificaria a amortização após transcorrido os 12 meses previstos no contrato.

Além disso, não há no edital regras claras quanto a quais custos deverão ser considerados para amortização, redução ou eliminação, o que dificulta o entendimento da previsão.

Ademais, é certo que a licitante vencedora apresentará em sua proposta os valores com todos os custos para locação dos veículos, bem como à época fixada em Lei, o valor da locação sofrerá alteração advinda de reajuste ou se for o caso de reequilíbrio econômico financeiro, de modo que, os respectivos valores englobarão o valor da locação os quais deverão ser considerados para a prorrogação do contrato.

Outrossim, em caso de renovação o valor deverá ser reajustado e não suprimido, como consta no presente edital.

Dessa forma, considerando que o edital deve dispor de regras claras e objetivas, bem como a regra acima não se aplica ao presente pregão – locação de veículos, solicitamos seja esclarecido:

- a. Está correto nosso entendimento de que regra indicação acima deve ser desconsiderada?
- b. Em caso negativo, está correto nosso entendimento de que o INEA irá retificar o edital para constar planilha de custo, bem como quais itens da planilha deverão ser considerados em caso de eventual renovação do contrato?
- c. Favor esclarecer.

## 17. LGPD

O edital traz previsões gerais sobre a proteção dos dados pessoais, trazendo as condições que entende devam ser aplicadas com base na LGPD.

Com efeito, cabe dizer que no contexto do presente contrato (locação pura de veículos), a volumetria de dados a serem tratados por ambas as partes não é expressiva, dessa forma, cláusulas bilaterais de responsabilidade são mais recomendáveis.

- a. Desta forma, podemos considerar que as obrigações, direitos e penalidades constantes do regulamento são cabíveis tanto à Contratante quanto à Contratada, em observância aos regramentos da Lei 13.709/2018?

## 18. PROPRIEDADE

- a. Os **veículos definitivos** objeto do futuro contrato poderão ser de propriedade de empresa que integre o mesmo grupo econômico?
- b. Os **veículos para substituição temporária** poderão ser de propriedade de empresa que integre o mesmo grupo econômico?

Ressaltamos que tais hipóteses não caracterizam “subcontratação” pois a Contratada se manterá diretamente na execução do contrato.

## 19. RENOVAÇÃO DA FROTA

O edital prevê que:

*Os veículos fornecidos deverão ser zero quilômetro, e ser substituídos quando atingirem 90.000 km rodados (ou KM inferior por decisão da locadora sem ônus para o contratante);*

Solicitamos seja esclarecido qual será a média mensal de uso dos veículos.

## 20. FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O edital prevê que:

*O serviço deverá ser executado sob demanda e agendado com a SERVROT - Serviço de Frota localizada no Instituto Estadual do Ambiente -INEA situado na Avenida Venezuela, nº110 - Saúde/RJ- CEP:20081-312, sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.*

A previsão quanto à possibilidade de execução do serviço por demanda causa confusão e insegurança à contratada, pois, notadamente, tratando-se de locação mensal, deverá considerar um período mínimo de locação para precificação de sua proposta.

Diante disso questiona-se:

a. Está correto nosso entendimento de que os veículos serão solicitados de uma única vez e serão locados pelo período mínimo de 12 meses?

## 21. PRAZO DE ENTREGA

O edital prevê que:

*O prazo para entrega dos veículos será em até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);*

(...)

*Os veículos fornecidos deverão ser novos, e ser substituídos quando atingirem 90.000 km rodados (ou KM inferior por decisão da locadora sem ônus para o contratante);*

*O prazo para entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);*

(...)

### 3.9.2 Obrigações da Contratada

*Disponibilizar os veículos, em caráter permanente, em até 30 (trinta) dias podendo se prorrogar por mais 30 (trinta) dias, no total de 60 (sessenta) dias, a*

*contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ.*

*Apresentar, no momento da entrega dos veículos, cópia dos seguintes documentos dentro da data de validade, que deverão ser analisados e previamente aceitos pela CONTRATANTE:*

*(...)*

*A empresa Contratada deverá expedir e efetuar a entrega dos veículos no prazo de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ.*

*(...)*

*O prazo para entrega dos veículos será em até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);*

*Somente em casos excepcionais, em que não seja possível cumprir os prazos, ou em que haja necessidade imprescindível do Contratante, será permitido, mediante acordo entre as partes, o fornecimento de veículos que tenham as mesmas especificações, com até 18 (dezoito) meses de fabricação, pagando o Contratante neste caso os valores constantes da tabela abaixo:*

Quilometragem do Veículo Provisório	Valor a ser pago pelo Contratante
Até 10.000 km rodados	100% do valor homologado
Entre 10.000 km e 20.000 km	90% do valor homologado
Entre 20.000 km e 30.000 km	80% do valor homologado

*Os veículos provisórios citados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Contratante por até 60 (sessenta) dias do estipulado para a entrega definitiva, ou seja, os veículos novos deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, a partir da devida formalização e aceitação, tendo em vista se tratar de uma prorrogação de prazo. Ressaltando que dentro do período de utilização o veículo provisório não poderá ultrapassar os 30.000 (quilômetros) quilômetros, haja vista a tabela de formação de pagamento com desconto, considerar um limite de quilômetros rodados pelo veículo.*

Inicialmente cumpre registrar que há contradição quanto ao prazo de início da vigência, assim, considerando que a entrega dos veículos está atrelada ao início da vigência, após esclarecimentos e retificação, caso não seja fixado que a vigência e execução se iniciarão a partir da entrega dos veículos, se for o caso, o início da execução deverá ser alterada para constar conforme a vigência.

Superado esse ponto, cumpre registrar que a contratada dependerá da efetiva formalização do contrato para ter segurança jurídica para arcar com custos necessários para aquisição dos veículos e contratação de mão de obra.

Ademais, dependerá de 3º para cumprimento do prazo de entrega dos veículos, bem como, o edital fixa que os veículos deverão ser 0 km, assim, a contratada ficará sujeita aos prazos de faturamento impostos pelas montadoras, e dependerá de fornecedores que possuam a disponibilidade de atendimento de acordo com as especificações exigidas e dentro das limitações impostas.

Vale destacar que, após liberação dos veículos, a contratada ainda deverá cumprir os procedimentos finais de preparação que demandam tempo considerável e englobam regularização de documentos, instalação de equipamentos/acessórios e traslado, afetando, também, o prazo final de entrega.

Por outro lado, mesmo diante da possibilidade de fornecimento de veículos provisórios, as condições devem ser claras e objetivas.

Outrossim, considerando o caráter temporário de utilização dos veículos provisórios, é imprescindível que as condições para fornecimento sejam mais flexíveis sem exigências que se aplicam aos veículos novos e que reduzem as opções disponíveis no mercado, restringindo a participação e afetando negativamente a ampliação da disputa. Ademais, deve ser fixado prazo razoável para mobilização.

Diante do exposto, com intuito de garantir a ampliação da disputa, questiona-se:

- a. Qual será o marco inicial para contagem do prazo de entrega dos veículos?
- b. Caso seja da nota de empenho, está correto nosso entendimento de que o documento será enviado à contratada após a assinatura do contrato?
- c. Está correto nosso entendimento de que a previsão de entrega parcelada deve ser desconsiderada?
- d. Caso negativo, quais são as datas estimadas pela Administração para recebimento dos veículos?
- e. O fornecimento de veículos provisórios é obrigatório ou facultativo para contratada?
- f. Os veículos provisórios poderão ser entregues em até 60 dias?
- g. Os veículos provisórios (i) podem ser utilizados até a entrega dos veículos definitivos? (iii) podem estar na posse direta da contratada e ser propriedade de empresa integrante de seu mesmo grupo econômico?
- h. Para fornecimento de veículos novos definitivos, o prazo de entrega pode ser de 90 dias prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e justificado?

## 22. REAJUSTE

Quanto ao reajustamento do contrato, o edital prevê que:

*14.1. Os preços contratados serão repactuados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.*

Inicialmente, importante registrar que o reajuste de preços tem caráter **obrigatório** e trata-se de direito constitucionalmente garantido à contratada nos termos do artigo 37, inc. XXI da Constituição Federal a fim de assegurar a manutenção das condições efetivas da proposta e garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos durante toda sua vigência.

Além disso, o reajustamento de preços está entre o rol de cláusulas obrigatórias em todos os contratos, sendo certo que, no âmbito das contratações realizadas sob a égide da nova Lei de Licitações, o reajustamento dos preços deve ter data base vinculada à data do orçamento estimado para licitação, conforme se depreende da leitura do artigo 92, § 3º, da Lei 14.133/2021.

Com efeito, todas as condições da futura contratação devem ser previamente estabelecidas no edital, notadamente, quanto ao reajustamento de preços, data base e respectivo índice que deverá ser aplicado durante as contratações.

Todavia, o edital não indica expressamente a data base do orçamento estimado bem como consta que o reajuste será concedido um ano da proposta, **situação que macula a legalidade e isonomia do certame, por estar em desconformidade com a Lei.**

Diante do exposto, para fins de reajustamento dos preços, questiona-se:

- a. Por estar previsto em lei, entendemos que o reajustamento de preços será concedido a cada período de 12 meses, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data base do orçamento estimado da CONTRATADA, para o primeiro reajuste, e do último reajuste ocorrido para os demais. Está correto?
- b. Qual data base foi considerada pela Administração Pública como “**data do orçamento estimado**” para o presente processo licitatório?

## **23. PRAZO APRESENTAÇÃO DA GARANTIA**

O edital e termo de referência preveem regras contraditórias quanto prazo de apresentação de garantia:

*Fls. 19 do edital:*

*11.7. Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, em que deverá ser observado o prazo do item 11.8, o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 11.3.*

*Fls. 6 do Termo de Referência*

*Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, da ordem de 5%*



*(cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.*

Nesse sentido, considerando que o edital deve dispor de regras claras e objetivas, de modo que, a contradição apontada poderá ensejar confusão quando da sua apresentação, solicitamos seja esclarecido:

- a. A garantia poderá ser apresentada no prazo de 2 dias após a assinatura do contrato?
- b. Caso negativo, qual será o prazo?

## **24. PREPOSTO**

O edital prevê que:

*Minuta do contrato*

*9.1.1 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.*

Inicialmente, cumpre dizer que não há dúvidas que esta empresa, se for vencedora do certame, executará todas suas obrigações em atendimento às exigências do edital.

Com efeito, todas as previsões do edital que refletem na dinâmica operacional e que representam custos para contratação, notadamente quanto ao objeto que será direcionado para sua execução, impactam na precificação das propostas.

Assim, considerando que a gestão da locação dos veículos e mão de obra podem ser executadas com qualidade e eficiência com apoio de gestor dedicado da empresa que se manterá disponível de maneira remota e com possibilidade de atendimento físico, sempre que necessário, questiona-se:

- a. Referido preposto poderá atender a futura contratação, colocando-se à disposição da contratante com fornecimento de telefone de contato para tratativas e resolução de eventuais demandas que se façam necessárias durante a contratação, sem, contudo, sua presença no local dos serviços?

## **25. ASSINATURA DOS DOCUMENTOS**

Nos termos da MP 2200-2/2001, serão aceitos para este processo licitatório as declarações e outros documentos desta licitante assinados digitalmente através de certificado digital de representante pessoa física e/ou jurídica, padrão ICP-Brasil?

## **26. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS**

Observamos que às fls. 02 do Termo de Referência e fls. 01 e 02 do Estudo Técnico Preliminar, as informações dos veículos estão incompletas:

Exemplo:

TIPO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
Pick-up 4x4	40	Quantidade pretendida visa atender as 08 (oito) Superintendências e a Diretoria das Superintendências Regionais (DIRSUP), onde ne (três) pick-ups para cada superintendência e 01 (uma) para a Diretoria devido o trânsito por localidades com terrenos acidentados, tot veículos, onde compete as atividades de fiscalização ambiental, licenciamento ambiental e atendimento às emergências e outras. Com a mesma finalidade, devido às fiscalizações, atendimentos emergenciais de patrulhamento em áreas de preservação ambiental e licença (DIRPOS) transita em áreas de difícil acesso e terrenos acidentados, onde necessita de 07 (sete) pick-ups 4x4 visando substitui titularidade do INEA que estão em baixas condições de uso.

[https://sei.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=92155896&infra\\_siste...](https://sei.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=92155896&infra_siste...) 1/10

27/09/2024, 10:05

SEI/ERJ - 84076886 - Estudo Técnico Preliminar

		Diante do quantitativo já exposto os demais pick-ups (sete veículos) serão distribuídas: 01 (um) veículo Corregedoria visando as diligências pelo Estado do Rio de Janeiro e acompanhamento às fiscalizações e licenciamen 04 (quatro) veículos à Diretoria de Licenciamento Ambiental (DIRLAM) visando as inspeções e fiscalizações para instrução processa 03 (três) veículo para à Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DIRSEQ), para que haja as fiscalizações, atendiment oficiais nas Estações Hidrometeorológica, controle na qualidade da água (GERLAB) e ar (GERAR), comumente aos outros setores ficam
Passeio (sedan)	15	Quantidade solicitada substitui os veículos que estão inservíveis e/ou alto custo para manter em condições de uso, devido as condições Tais veículos irão suprir a necessidade de todo o Instituto, sendo carros de passeio, terão acesso a diversas localidades (tanto urbano c e com baixo consumo de combustível por terem uma tecnologia atual e baixa poluição, visando as demandas oficiais, educação ambi licenciamento ambiental, atendimento às emergências, patrulhamento em áreas de preservação ambiental, treinamentos e incursões.
Van	05	Quantitativo pretendido visa substituir as vans oficiais, haja vista a dificuldade de encontrar peças de reposição, uma vez que as mesu na Mercedes-Benz. O INEA demanda por locomoção de transporte em massa, seja de servidores, colaboradores, pesquisadores, alunos e palestrantes, um especialização de educação ambiental, visitas às Unidades de Conservação e Laboratório, fiscalização em empresas de grande port deslocamento de equipes de grande número, seminários e simpósios, bem como o transporte de Guarda-Parques, podendo conter anir em gaiolas, fruto de apreensões ou reintegração de animais ao meio ambiente. Tais veículos são demandados por todo o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, visando as rotinas finalísticas que compõe a missão

Diante disso, considerando que as licitantes interessadas em participar no certame devem conhecer previamente todas as regras, bem como o “corte” das informações impede a leitura completa das informações, solicitamos a disponibilização dos arquivos com as informações na íntegra.